

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/02/2014 - Edição 984

Natura é multada por tentar retardar execução trabalhista

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou embargos da Natura Cosméticos S.A. pelos quais buscava impedir a execução de uma dívida trabalhista. Os embargos foram considerados protelatórios, com o objetivo de retardar a execução, e a empresa foi punida com multa.

A penalidade é prevista no artigo 538 do Código de Processo Civil. De acordo com o dispositivo, se os embargos forem considerados manifestamente protelatórios, o embargante deverá pagar ao embargado multa não excedente de 1% sobre o valor da causa.

O caso teve início com a reclamação trabalhista de um vigilante contra a empresa de vigilância que prestava serviços para a Natura. A empresa faliu e não teve como arcar com os débitos trabalhistas do empregado. A Justiça então determinou o redirecionamento da execução para a Natura, considerada responsável subsidiária.

Na decisão da Sexta Turma, a relatora, ministra Kátia Arruda, advertiu que, na hipótese de ser decretada a falência da devedora principal, fica evidenciada a sua insolvência, o que autoriza o redirecionamento da execução contra os responsáveis subsidiários na Justiça do Trabalho, sem haver necessidade de se esgotar, primeiramente, os bens dos sócios. Ainda segundo a relatora, não foram constatados os vícios de procedimento previstos nos artigos 535 do CPC e 897-A da CLT apontados pela Natura. Por unanimidade, a Turma rejeitou os embargos e determinou a multa prevista no artigo 538 do CPC.

Fonte: TST

Ajuizada ação contra Bradesco para instalar portas giratórias no Paraná

O Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT) ajuizou, no dia 14 de janeiro, Ação Civil Pública contra o Bradesco, em Campo Mourão, no interior do Paraná. O MPT-PR demanda a instalação de portas de segurança nos estabelecimentos



bancários localizados em Araruna, Corumbataí do Sul, Farol, Iretama, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e no PAB Supermercado Paraná, em Campo Mourão, bem como indenização por dano moral coletivo.

A ação surgiu a partir de denúncia do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região, que noticiou a ausência de portas de segurança nos estabelecimentos citados. Juntamente, o Sindicato encaminhou fotos recentes das agências e postos de atendimento comprovando a ausência de porta de segurança.

A obrigatoriedade da instalação de porta de segurança nas agências e postos de serviços bancários do Estado do Paraná está expressamente prevista na Lei Estadual nº 11.571. A norma visa trazer segurança ao trabalho prestado pelos bancários de modo geral, aos prestadores de serviços e vigilantes, bem como a toda a população que utiliza os serviços bancários.

Diante do permanente estado de vulnerabilidade que se encontram os trabalhadores, vigilantes, bancários e prestadores de serviço nos referidos estabelecimentos, o MPT-PR ingressou com a Ação Civil Pública, após tentativa infrutífera de resolver o problema administrativamente.

A ação tem o objetivo de fazer com que o Bradesco cumpra com as obrigações legais a ele impostas, de modo que sejam instaladas em seus estabelecimentos portas eletrônicas de segurança, giratórias e individualizadas, em todos os acessos destinados ao público.

Fonte: MPT-PR

PM do Piauí chama instituições bancárias e discute segurança nas agências

A Polícia Militar realizou nesta quarta-feira (05) uma reunião com empresas de segurança e instituições bancárias e que possui correspondentes bancários para tratar sobre a segurança nestes locais.

O objetivo é traçar medidas que diminuam o roubo de armas de segurança que sejam utilizadas por bandidos em crimes.

De acordo com o tenente coronel Marcio Santos, que é coordenador adjunto de operações, de 1º de janeiro até ontem foram recuperados 51 armas.

“Deste total, apenas quatro eram de uso restrito (ponto 40), a maioria de calibres 38, 32 e 380. A nossa preocupação é a forma como essas armas chegam às mãos de bandidos. Eles mesmos confessam que pegam muita arma no Maranhão, mas sabemos que os vigilantes, segurança privada, também são alvos, por isso estamos aqui a fim de encontrar melhor forma de impedir que isso aconteça”, afirmou.

Um dos problemas identificados pela polícia é o local onde o segurança fica, que não possui nenhum anteparo (proteção), entre o segurança e criminoso. “Outro ponto é o segurança realizar outras funções, como orientar filas ou ficar do lado de fora das agências”, pontua o coronel Marcio.

Ele acrescenta que a legislação que regula a segurança particular é fiscalizada pela Polícia Federal, mas a Militar quer buscar abrir a discussão, conhecer como funciona a realidade e propor medidas que melhorem a segurança desses locais.

Fonte: Cidade Verde

Dupla armada rende vigilante e rouba malote de posto bancário em Aracaju

Dois homens armados invadiram um posto do Banco do Estado de Sergipe localizado dentro da Junta Comercial do Estado, no Centro de Aracaju (SE), na manhã desta quinta-feira (6). Eles roubaram um malote e a arma do vigilante.

Segundo a polícia, os homens chegaram em uma motocicleta e toda a ação durou cerca de três minutos. Eles renderam o vigilante e funcionários que estavam no local. Uma das caixas informou à polícia que a dupla pulou o balcão e pegou um malote. O valor roubado ainda não foi informado pela instituição bancária.

Um cliente que havia acabado de sair da agência percebeu a movimentação e acionou a polícia. Equipes foram até o local e iniciaram buscas na região para tentar localizar os suspeitos, que fugiram na motocicleta CG, de cor vermelha.

De acordo com informações do Grupamento Tático de Motos (Getam), que também participa das buscas, os dois homens são negros e estavam armados. Um deles não usava capacete no momento da ação e estava com uma mochila de cor escura nas costas.

Fonte: G1

Tiroteio deixa duas pessoas feridas em assalto a banco em Alvorada (TO)



Assalto aconteceu na agência do Banco do Brasil, em Alvorada (Foto: Clebersom Brito/Portal Claudemir Brito)

Uma agência do Banco do Brasil foi assaltada no fim da manhã desta quarta-feira (5), em Alvorada, no sul do estado de Tocantins. A Polícia Civil informou que a ação pode ter sido praticada por cinco homens. Segundo a Polícia Militar, eles chegaram ao banco, fizeram os clientes de escudo humano e conseguiram roubar o estabelecimento.

Ainda segundo a PM, houve troca de tiros com a polícia e os homens saíram em direção a Araguaçu, com o veículo de um refém, que seria um policial. O carro foi abandonado na estrada e queimado pelos assaltantes. O policial refém foi liberado em

seguida. Duas pessoas ficaram feridas, eles seriam integrantes da quadrilha. Policiais de outras cidades foram deslocados para a cidade para ajudar nas buscas.

Segundo o secretário de Obras de Talismã, Maurício Jesus Pereira, que estava saindo da agência, houve um tiroteio em frente ao banco. “Saí



Durante assalto em Alvorada, os assaltantes trocaram tiros com a polícia (Foto: Clebersom Brito/Portal Claudemir Brito)

da agência e não deu tempo para ver nada”, diz, acrescentando que chegou um veículo e os assaltantes começaram a atirar. Ele lembra ainda que no local tinha muitas pessoas na fila. “Uns ficaram de fora atirando e os outros entraram. Foi bala demais.”

Fonte: Portal Surgiu

DPU ajuíza ação pedindo substituição do índice de correção do FGTS



Cerca 40 mil ações para substituir o índice de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já chegaram ao Judiciário Brasileiro e estão tramitando de norte a sul do país. Engrossando a demanda, a Defensoria Pública da União (DPU) também entrou com ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal, pleiteando a correção monetária do FGTS. A intenção é a mesma das outras milhares de ações, substituir a Taxa Referencial (TR) por índice que melhor reflita a inflação oficial do país a partir de julho de 1999.

Segundo explicou a DPU, a opção pela ação com caráter coletivo tem objetivo de desafogar tanto o Judiciário quanto as unidades de atendimento do órgão em todo o país. A instituição ressaltou que um número expressivo de trabalhadores tem buscado a instituição para pleitear a correção dos depósitos de suas contas do FGTS.

A abrangência nacional pleiteada pelos defensores públicos foi acatada pelo juiz Bruno Brum Ribas, da 4ª Vara Federal de Porto Alegre (RS)

que também demonstrou a necessidade de uniformizar as decisões nos milhares de litígios que tramitam na Justiça Federal: “Os titulares de conta no FGTS possuem idêntico vínculo jurídico com a parte adversária, sendo

que a lesão alegada na ação é a mesma e reclama decisão uniforme para todo o país, não se podendo conceder que parte dos titulares de contas tenha direito à substituição do índice de correção e outra não”, disse.

Segundo cálculos do Instituto FGTS Fácil, a correção do FGTS pela inflação, desde 1999, já soma diferença de aproximadamente R\$ 200 bilhões, quando considerada a correção dos valores do FGTS pela inflação oficial do país. “Só este ano a diferença deve significar algo perto de R\$ 35 bilhões”, aponta Mário Avelino, presidente do instituto.

Em 14 anos, a diferença acumula perdas equivalentes a 88%, se for considerado índice de correção equivalente à inflação. Isso significa que um saldo de R\$ 80 mil, por exemplo, depositado em 1999, somaria perto de R\$ 110 mil em setembro deste ano, se corrigido pela TR. Já se fosse aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o valor saltaria para aproximadamente R\$ 210 mil no mesmo período.

Até o momento a Caixa enfrenta

cerca de 40 mil ações em que se pretende a substituição da TR como índice de correção das contas. Pelos cálculos do Instituto FGTS Fácil, até julho as ações devem se avolumar, atingindo um milhão de causas no Judiciário. “A entrada da DPU nessa ação mostra que a instituição está de acordo com a substituição da TR e ainda colabora para acelerar o ritmo das decisões do Judiciário”, ressaltava Avelino.

A advogada Lillian Salgado explica que a ação civil pública é mais uma chance para o trabalhador obter uma decisão favorável. No entanto, na opinião da especialista, apesar de ter abrangência nacional, a iniciativa não deve impedir os brasileiros de ingressarem com ações coletivas ou individuais pleiteando a substituição do índice. Aqueles que não entrarem na Justiça, ao final do processo poderão se habilitar na ação civil pública, se ela obtiver êxito. “Caso a ação civil pública não prospere, o trabalhador está resguardado pela ação individual ou coletiva.”

O Departamento Jurídico do SINDESV-DF está trabalhando para entrar com ação coletiva pleiteando a substituição do índice de correção do FGTS em favor de todos os sindicalizados.

**Fonte: Estado de Minas, Correio
Braziliense e Sindesv-DF**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira

Jornalista: Priscilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF